

1. Apontamentos sobre a reunião do dia 20 de Março de 1975, havida no Gabinete dos Consultores do P.R.P., com a Universidade do Minho, o M.E.C., a Comissão de Planeamento da Região do Norte, a "Profabril", o Gabinete do P.R.P. e os Consultores do P.R.P..

1.1 Informações fornecidas ou posições assumidas pelo Reitor da U.M..

1.1.1 A Universidade "arrancará" já em Outubro próximo, com instalações imediatas na cidade de Braga, algumas das quais provisórias.

1.1.2 O "campus", entretanto, terá de dispor desde já duma área mínima de 60 hectares, devendo o início do seu arranjo ser simultâneo com o "arranque" da Universidade, para poder estar operacional dentro de 2/3 anos e servir para complemento dos cursos iniciados este ano.

1.1.3 De acordo com os estudos preparatórios efectuados, o "campus" deverá localizar-se para o norte e para o interior da região. Em termos de estudo teórico, o centro de gravidade da área a servir pela Universidade recaiu num ponto um pouco ao norte de Braga. Mercê da população existente, porém, foi depois aceite uma localização no interior do quadrilátero Barcelos-Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão.

- 1.1.4 O estudo de localização encomendado à "Profabril" baseou-se nas premissas acima. A "Profabril" procurou terrenos dentro daquelas condições, tendo escolhido 24 áreas, que estudou sob os pontos de vista físico e de distribuição da população existente servida por cada uma. Destas 24 áreas seleccionou 8, que deram lugar a 4, numa segunda escolha. Finalmente, a Comissão Instaladora da U.M. decidiu-se pela parcela nº. 5 do estudo da "Profabril", localizada nas Taipas, concelho de Guimarães.
- 1.1.5 O "campus" será na realidade um campo universitário e não uma "cidade". Poderá haver residências para alguns estudantes ou professores - como excepção e em casos especiais - mas a generalidade dos estudantes habitará nos aglomerados residenciais servidos pela Universidade, deslocando-se para ela.
- 1.1.6 Portanto, o "campus" terá de ser já o definitivo, não só atendendo ao referido em 1.1.2, mas também porque as obras a efectuar não poderão assumir carácter provisório.
- 1.1.7 Tem de se entrar em linha de conta com o problema dos custos, atendendo sobretudo à época de restrições que vivemos.
- 1.1.8 Os cursos a ministrar na U.M. serão basicamente diferentes dos das universidades tradicionais, embora havendo cursos similares. Assim, não haverá uma relação directa com os cursos existentes no Porto, o que conduzirá a que possa haver na U.M. estudantes recrutados nesta cidade.
- 1.1.9 A subdivisão da Universidade por vários locais

não convém; deverá estar, na medida do possível, integrada num espaço.

1.1.10 Mas como exemplo do aproveitamento de condições existentes, o curso de Medicina terá de ficar em Braga, a cidade que agora tem melhor apetrechamento hospitalar. Muitas das instalações universitárias, aliás, terão de permanecer por muito tempo em Braga, onde há tradição e disponibilidade de instalações disponíveis.

1.2 Indicações prestadas pelo representante do M.E.C.

1.2.1 O M.E.C. concorda com a solução proposta (parcela nº. 5), não aceitando nada que se aproxime de Vila Nova de Famalicão, ou seja da costa e/ou do Porto.

1.2.2 O presente estudo de localização não esteve coordenado com o do pólo 2 da Universidade do Porto.

1.3 Perguntas e posições assumidas pelo Director do G.P.R.P.

1.3.1 Subsistem dúvidas quanto às razões que levaram o estudo da Profabril a debruçar-se sobre terrenos muito mais próximos do Porto, ignorando outros mais perto de Braga.

1.3.2 O problema dos custos dos terrenos não se deverá agora pôr com a mesma acuidade, uma vez que se pode dispor de legislação adequada para os adquirir - a "lei dos solos" - em condições mais favoráveis. O próprio Secretário de Esta-

do da Habitação e Urbanismo chamou a atenção para este facto, no seu despacho de 18 de Março.

1.4 Explicações prestadas pelo representante da Profabril.

1.4.1 A escolha das primeiras 24 hipóteses foi uma consequência dos critérios impostos pela U.M.. A análise foi, portanto, feita dentro do quadro que fora fornecido.

1.4.2 As pesquisas efectuadas, sobre as densidades populacionais, indicaram também que não deveria ser ultrapassado, para norte, o rio Cávado, que constitui assim como que uma "barreira" desse lado.

1.5 Perguntas e esclarecimentos formulados pelo representante da C.P.R.N.

1.5.1 Fica-se sempre na dúvida sobre a influência "política" que teria havido na escolha do local, integrado no inexistente "eixo" Braga-Guimarães.

1.5.2 No que respeita à possível ligação do "campus" universitário aos parques industriais, poderá ainda repensar-se o problema, uma vez que o de Briteiros (próximo das Taipas) está na mesma posição de há um ano, enquanto que o de Celeirós (a sul de Braga) tem já algumas parcelas de terreno adquiridas.

1.5.3 Em reforço da opinião expressa em 1.3.2, acentua que poderá recear-se que o lado positivo dum custo inicial baixo venha a ser amplamen-

te ultrapassado pelos inconvenientes que, a médio prazo, advirão duma localização menos conveniente.

1.6 Pontos focados por representantes do G.P.R.P.

- 1.6.1 Seja qual for a solução escolhida, não se poderão ignorar os problemas referentes aos transportes das populações de e para o "campus": o consumo, a sobrecarga das vias existentes, a sua deterioração.
- 1.6.2 A solução Taipas (parcela nº. 5) é mais conveniente desde que se trata dum campo e não dum cidade universitária.
- 1.6.3 Mas se se pensa que a zona de influência da universidade abrangerá eventualmente todo o norte, parece errado, o critério de escolha dos locais possíveis através do cálculo das densidades populacionais existentes.
- 1.6.4 A população a servir pela U.M. será mais a da bacia do Ave do que a da bacia do Cávado, que é nitidamente inferior em número.
- 1.6.5 Em termos urbanísticos, é vantajosa a aproximação do "campus" em relação a uma cidade.

1.7 Posições assumidas pelos Consultores do P.R.P.

- 1.7.1 Para uma universidade com esta localização não se deverá ignorar também o peso das populações dos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real.
- 1.7.2 A análise das manchas indicadas no estudo da

Profabril revela que se trata, fisicamente, de bons terrenos. Mas o problema da localização duma nova universidade transcende de longe a escolha de terrenos fisicamente aptos, servindo populações existentes.

1.7.3 Uma primeira pesquisa indica algumas hipóteses que poderão ser discutidas.

1.7.3.1 Uma destas hipóteses, que parece possuir maior consistência, aponta um terreno a sul do monte do Picoto, em Braga, aliás considerado entre os 24 da Profabril, com o nº. 12. Deverão ser vistas as razões porque não foi incluído na selecção dos 8 já referidos.

1.7.3.2 Outra hipótese consiste no aproveitamento dum terreno em Braga, pertencente ao Ministério do Exército, e que, juntamente com parcelas limítrofes, poderá atingir uma área de perto de 30 hectares. Sem procurar substituir ou sobrepor-se a um "campus" definitivo, poderia servir como alternativa imediata, dando tempo a uma escolha definitiva com a área requerida.